
Daxiyangguo

Portuguese Journal of Asian Studies | Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos

ISSN: 1645-4677 | ISSN-e: 2184-9129 | 2023, Número 30, páginas 81-101

DOI: 10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2023.30/pp.81-101

A Belt and Road Initiative no Camboja: Dependência e Legitimidade de Elites

The Belt and Road Initiative in Cambodia:
Dependency and Elite Legitimacy

Diogo Borges*

* ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal; Email: diogoj.j.borges@gmail.com

RESUMO

O Camboja foi um dos Estados que mais fortemente abraçou a Belt and Road Initiative (BRI), aproximando-o dos benefícios da mesma, mas igualmente deixando-o suscetível aos riscos que esta iniciativa pode trazer. No caso do Camboja, estes riscos estão geralmente associados ao agravamento da sua dependência económica e política para com a China resultantes da sua adesão à BRI, forçando as elites cambojanas a gerir esta relação assimétrica. Através de uma análise dos principais projetos da BRI no Camboja, em complemento com uma análise das características do neopatrimonialismo que define as interações de legitimidade das elites, este artigo pretende demonstrar como a BRI funciona como um mecanismo de fomento da dependência e de que forma as elites cambojanas têm utilizado a presença da BRI para reforçar a sua legitimidade interna e fomentar o seu poder local.

Palavras-chave: BRI; Camboja; Dependência; Legitimidade

ABSTRACT

Cambodia was one of the states that most strongly embraced the Belt and Road Initiative (BRI), bringing it closer to its benefits, but leaving it equally susceptible to the risks that this initiative might bring. In Cambodia's case, these risks are generally associated to the increase of its economic and political dependency towards China, as a result of the former's adherence to BRI, forcing Cambodian elites to manage this asymmetric relationship. Through an analysis of the main BRI projects in Cambodia, in complement with an analysis of the characteristics of neopatrimonialism that define the elite's legitimacy interactions, this paper intends to demonstrate how the BRI works as a mechanism to foment this dependency and show how the Cambodian elites have been using the BRI's presence to strengthen their internal legitimacy and foment their local power.

Keywords: BRI; Cambodia; Dependency; Legitimacy

1. Introdução

Os estudos sobre a relação entre o Camboja e a China tendem a concordar que a partir do início da década de 1990, o Camboja aproximou-se gradualmente da China para dar resposta às suas necessidades internas e externas. Esta aproximação levou ao desenvolvimento gradual de uma dependência para com a China, tanto no campo económico e financeiro, como no campo político. Estes estudos também têm a tendência de analisar as consequências desta relação, argumentado que a continuação da mesma origina uma elevada probabilidade de um aumento da dependência. (Cheunboran, 2021, pp. 63–117, 188–207; Horton, 2020, pp. 1–19; Jeldres, 2012, pp. 81–95; Pheakdey, 2012, pp. 57–85). Os argumentos em questão têm por base um conjunto de fatores bastante diversificados, cujo espectro alcança vários aspetos da relação do Camboja com a China, e da relação do Camboja com os outros possíveis atores intervenientes, como a Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) ou os Estados Unidos da América. Porém, Cheunboran (2017, pp. 240–243) nota que nem todos os aspetos da relação entre o Camboja e a China implicam necessariamente o aumento da dependência, e como tal, surgem debates sobre o impacto de certos aspetos desta relação na questão da dependência.

Desde o lançamento da BRI, o Camboja tem abraçado a iniciativa significativamente, levando a que esta surgisse como um dos possíveis fatores para a análise da dependência. Neste contexto, surgem opiniões diversas sobre os impactos da BRI na relação entre o Camboja e a China, e sobre a possibilidade desta iniciativa poder ser observada como um possível mecanismo para o aumento da dependência. Autores como Chheang (2021b, pp. 387–392), Han e Lim (2021, pp. 179–185) e Heng e Po (2019, pp. 8–13) argumentam que

a presença da BRI tem aumentando de forma significativa a relação de dependência, com o Camboja a necessitar da iniciativa para cumprir os seus objetivos internos e regionais, e com o financiamento da BRI a estar associado à legitimidade das elites cambojanas. Em oposição, Cheunboran (2017, pp. 235–244) e Po e Sims (2021, pp. 5–15) argumentam que a dependência continua a ser principalmente influenciada por fatores pré-existentes à BRI, resultando num impacto reduzido da iniciativa na dependência. Complementando este debate, Hu et al. (2019, pp. 196–197) e Sok (2022, pp. 109–123) propõem que a BRI poderá servir como um mecanismo de diminuição da dependência, pois ao facilitar o desenvolvimento interno do Camboja e a promover a sua integração regional, esta fortalece a longo-termo a capacidade do Camboja resistir a uma maior influência económica e financeira da China.

O presente artigo pretende contribuir para este debate, argumentando que a BRI fomentou a dependência do Camboja para com a China, assumindo um papel importante para os planos de desenvolvimento do Camboja e servindo como um mecanismo de fortalecimento da legitimidade interna das elites cambojanas. Para este efeito, o artigo apresenta duas vertentes de análise. Primeiro, o artigo procura demonstrar como a BRI e os seus projetos no Camboja se associaram aos seus planos de desenvolvimento interno e regional, tornando-se essenciais para o financiamento e desenvolvimento de vários setores, destacando o setor da infraestrutura. Seguidamente, o artigo demonstra como as elites cambojanas utilizam a BRI, e a importância da mesma para o desenvolvimento do Camboja, de forma a fortalecerem a sua legitimidade interna e poder local. A análise desta relação entre a BRI e as elites terá por base o neopatrimonialismo e as características do mesmo no Camboja, argumentando que a BRI apresenta uma elevada compatibilidade com o exercer de comportamentos de neopatrimonialismo por partes destas elites, fomentando desta forma uma dependência de teor político.

Terminando esta introdução, é necessário definir o conceito de “poder” utilizado ao longo deste artigo. Por um lado, o termo será utilizado como um sinónimo de Estado, aderindo a uma terminologia tradicional do campo da Relações Internacionais (e.g. grande poder) (Griffiths et al., 2008, pp. 134–135). Por outro lado, o termo também será utilizado como um atributo (e.g. poder das elites), o qual pode ser classificado como a capacidade de um indivíduo, ou grupo, fazer com que outros ajam em prol de assegurar o cumprimento dos seus objetivos, com estes objetivos a assumirem formas variadas (e.g. dinheiro, legitimidade, autoridade), e com os métodos de exercício deste poder a variarem de contexto para contexto (Agnew, 1999, pp. 499–521; Parsons, 1963, pp. 232–262).

2. O Desenvolvimento da Dependência e a BRI

Griffiths et al. (2008, pp. 71–72) e Diez et al. (2011, pp. 22–26) indicam que na generalidade, o conceito de dependência pode ser definido como uma relação entre dois Estados, A e B, com o Estado A a assumir uma posição de subordinado num conjunto de campos (e.g. económico, político, financeiro, etc.) perante o Estado B, necessitando deste último para o desenvolvimento dos ditos campos. No entanto, consideram que esta é uma definição bastante simplificada e sujeita a diversas interpretações e contestações, e notam que o conceito de uma relação de dependência não tem uma definição teórica concreta que possa ser aplicada universalmente a todos os casos. Igualmente, destacam a importância de ter em consideração a especificidade das relações entre Estados e as características das mesmas, permitindo desta forma recorrer a definições mais adequadas para o estudo de cada caso.

No que diz respeito ao caso da relação entre o Camboja e a China, Ciorciari (2014, pp. 2–4) apresenta uma definição de dependência adequada para o estudo da relação entre os dois Estados. Este associa a dependência a uma relação entre um grande poder e outro Estado mais fraco, com o primeiro a assumir uma posição semelhante a um patrono, e o segundo, a posição de cliente. O grande poder fornece ao outro Estado apoio necessário para as necessidades do último, assumindo vários formatos, como a proteção militar, apoio financeiro e comercial, ou apoio político. Em retorno, é esperado que o Estado mais fraco reciprocque este apoio, mediante as necessidades do grande poder. Eventualmente, o recipiente do apoio desenvolverá uma dependência gradual, acentuado cada vez mais a assimetria da relação entre os dois Estados. No entanto, é preciso realçar que tal reciprocidade não implica necessariamente elevados custos para o recipiente do apoio, com os termos deste acordo a serem determinados por quanto ambas as partes valorizam o que a outra é capaz de fornecer.

Relativamente à postura chinesa perante esta situação, como grande poder, a China tende a recorrer ao uso de apoio e incentivos económicos e financeiros para criar uma relação assimétrica de dependência. A China espera que a dependência influencie estes Estados a apoiarem a posição política internacional da China em várias questões (e.g. questão do Tibete ou Taiwan), e que estes promovam iniciativas chinesas e apoiem a realização dos objetivos da grande estratégia chinesa (Ciorciari, 2014, pp. 5–6; E. Goh, 2014, pp. 833–837). Aqui é possível perceber como a criação e desenvolvimento de uma dependência poderá estar associada a iniciativas como a BRI. A BRI é, na sua essência, um programa de investimento, desenvolvimento de infraestrutura e cooperação comercial (Jetin, 2018, p. 139), e considerando os valores mo-

netários envolvidos na mesma, os quais alcançaram um valor estimado de perto de 59 mil milhões de dólares apenas em 2021 (C. N. Wang, 2022, pp. 5–8), é perceptível como a adesão a esta iniciativa poderá ser atrativa para Estados com maiores necessidades de desenvolvimento interno.

Por outro lado, a BRI é geralmente considerada como um dos principais mecanismos da grande estratégia chinesa contemporânea e obter bases de apoio para o cumprimento dos objetivos da iniciativa é bastante importante para a China (Erickson, 2019, pp. 83–85). A BRI assume uma importância significativa para as necessidades securitárias e de desenvolvimento interno chinês, ao mesmo tempo que serve como um mecanismo para a projeção da influência chinesa para os países aderentes à iniciativa (Clarke, 2017, pp. 78–79). Num espectro mais abrangente, os objetivos da BRI tornam-se mais ambiciosos. Andornino (2017, pp. 17–18) propõe que a conectividade proposta pela iniciativa terá como objetivo fomentar a centralidade da China no palco internacional, permitindo a esta uma maior tração institucional na forma como impacta o sistema internacional, e criando uma espécie de hierarquia informal a níveis multirregionais, que colocaria a China no seu centro. Em complemento, Ly (2020, pp. 17–19) argumenta que a BRI serve como um mecanismo de penetração num sistema de dinâmicas regionais políticas e económicas que durante décadas foi dominado por outros poderes, cujo o objetivo é estabelecer uma rede de conectividade centrada na China, capaz de disputar os poderes hegemónicos de múltiplas regiões. No espectro mais específico da ASEAN, da qual o Camboja é um membro, a BRI pretende conectar a ASEAN à China, tornando-a o principal parceiro da ASEAN e procurando criar uma posição forte para a luta pela hegemonia regional (Faisal, 2020, pp. 8–9; Rana & Xianbai, 2019, pp. 94–95). Posto isto, podemos argumentar que a criação de uma dependência num Estado mais fraco poderá ser de elevada importância para a China, pois tanto no ramo de dependência económico-financeira, como no ramo de dependência política, a China adquire um meio através do qual pode favorecer o desenvolvimento da BRI, e, conseqüente, fomenta o cumprimento dos seus objetivos mais abrangentes.

3. A Implementação da BRI do Camboja e o Crescimento da Dependência

É geralmente considerado que a dependência que se verifica atualmente solidificou-se nas vagas de apoio financeiro, económico e político iniciadas ao longo da década de 1990, crescendo gradualmente ao longo dos anos (Hutt, 2016). Han e Lim (2021, pp. 170–173) identificam três vagas de investimento chinês no Camboja, desde 1956, que tinham um foco especial no desenvolvi-

mento industrial e no fornecimento de bens essenciais, e até mesmo no fornecimento de equipamento militar durante o período dos Khmer Vermelhos. A terceira vaga está a decorrer desde 1993, com um foco principal no desenvolvimento da infraestrutura, agricultura, segurança energética, e setores associados à ajuda humanitária, com os autores a notarem que em 2012, um ano antes do lançamento da BRI, a China era o principal investidor e doador do Camboja. Paralelamente, é de notar que o investimento chinês é tradicionalmente apoiado por elites económicas sino-cambojanas. Originárias de um processo migratório chinês iniciado no séc. XII, estes grupos étnicos tornaram-se uma parte integral da sociedade cambojana, desenvolvendo uma relação de proximidade com as elites políticas do país (Young, 2020, pp. 3–5).

No campo político, o PPC de Hun Sen e o Partido Comunista Chinês são bastante próximos desde 1997, ano em que Hun Sen depôs, através de um golpe de Estado, o seu co-primeiro-ministro, Norodom Ranariddh, levando ao isolamento do Camboja da comunidade internacional. Porém, a China optou por utilizar este momento para aumentar o seu apoio financeiro ao Camboja, assegurando um aliado em Hun Sen e diminuindo o grau de influência vietnamita sobre o país (Chen, 2019, pp. 372–373).

Um dos exemplos mais notórios desta dependência ocorreu em junho de 2016, quando o Camboja tomou o lado da China contra a ASEAN, vetando uma declaração da ASEAN de condenação da China devido às reivindicações territoriais da última no Mar do Sul da China^[1], aproveitando-se da votação de consenso^[2] da ASEAN (Thul, 2016). Dias após esta votação, a China anunciou o envio de um pacote de apoio ao Camboja no valor de 600 milhões de dólares, que geralmente está associado à posição pró-China do Camboja durante a votação (Khemara, 2016). Ngien (2022a, p. 3) nota que o comportamento do Camboja para com a China aparenta ser semelhante ao de um “Estado cliente”, e que dentro do contexto da BRI, a dependência excessiva aumentou significativamente. Paralelamente, considera que o risco de uma perda de soberania e a elevada possibilidade de uma armadilha de dívida^[3] são os pilares desta dependência.

-
1. A 12 de julho de 2016 o Tribunal Permanente de Arbitragem das Nações Unidas decidiu a favor das Filipinas num processo contra a China que teve início em 2013. O Tribunal invalidou as reivindicações chinesas no Mar do Sul da China e não encontrou fundamentos históricos para as mesmas, retirando legitimidade à China no palco internacional (Quintos, 2018).
 2. As votações dos membros da ASEAN funcionam através do método de consenso, que por sua vez está baseado na “ASEAN Way”. As ambiguidades da última são alvo de várias críticas, com destaque ao qual fácil aparenta ser abusar deste método de votação em favor de agendas próprias ou externas. (G. Goh, 2003; Luqman, 2022).
 3. O receio de armadilhas de dívida associadas à China adquiriu uma especial atenção em 2017, quando o Sri Lanka atingiu uma dívida de quase 3 mil milhões de dólares à China. O governo

Estes antecedentes de dependência levaram o Camboja a ser um dos primeiros apoiantes da BRI, desde o lançamento da iniciativa em setembro de 2013, apoiando os esforços chineses de promoção da BRI, com o primeiro-ministro cambojano Hun Sen e o presidente chinês Xi Jinping, em 2014, a anunciarem publicamente que o Camboja iria trabalhar em conjunto com a China para construir a BRI, com a China a declarar que iria apoiar o Camboja nos seus planos de desenvolvimento interno (Kha, 2019; Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2014).

A BRI encontrou no Camboja o espaço ideal para se propagar, tomando vantagem das necessidades económicas do país. Em 2004, o Camboja deu início à Estratégia Retangular, um plano de desenvolvimento nacional, que se encontra atualmente na quarta fase de planeamento. O governo cambojano reconhece que os vários anos de guerra e conflito deixaram o país a precisar uma “Nova Transformação”, que o transforme num país de rendimento médio-alto, estando baseada em quatro pilares: crescimento, emprego, equidade e eficiência governativa (Royal Government of Cambodia, 2018, pp. 1–3). Porém, o Camboja não apresentava as capacidades económicas e financeiras, nem os meios técnicos, para realizar este programa sozinho. Apesar do seu crescimento económico anual constante desde o início do séc. XXI, este continuava a apresentar uma economia bastante dependente da agricultura, com uma industrialização parcial e infraestrutura limitada, tal como um setor tecnológico e de comunicações desatualizado. Estes aspetos são pertinentes para o seu plano de desenvolvimento, e a par do custo estimado de 700 milhões de dólares por ano para realizar estes objetivos (Chheang, 2017a, p. 6), é possível perceber como a BRI poderia fornecer uma solução para estas questões (Hu et al., 2019, pp. 181–184; Open Development Cambodia, 2015). A própria importância que o Camboja garante à BRI é demonstrada no documento oficial da Estratégia Retangular, no qual a BRI é destacada como uma das principais iniciativas que ajudará o país a concretizar os seus objetivos (Royal Government of Cambodia, 2018, p. 4).

No que diz respeito aos projetos da BRI no Camboja, não existem documentos oficiais a indicar o número, ou o teor dos projetos presentes no país. Porém, Wang (2022, pp. 3–4) apresenta um método de identificação destes projetos que, na generalidade, aparenta ser seguido pelos restantes autores aqui citados. Wang propõe que os projetos da BRI assumem quatro formatos:

do Sri Lanka não conseguiu o perdão da dívida e a única opção passou por arrendar o porto de Hambantota (onde a China investia desde 2009) à China Merchants Port, a qual adquiriu 85% do porto em troca de 1,1 mil milhões de dólares que seriam utilizados para o pagamento da dívida do Sri Lanka (Abi-Habib, 2018).

projetos financiados por empréstimos de instituições financeiras chinesas; projetos com investimento de empresas chinesas; projetos com investimento originário de parcerias entre empresas chinesas e parceiros locais; e projetos integrados em planos de apoio ao estrangeiro. Posto isto, iremos verificar que após 2016, surgiu uma proliferação de projetos da BRI no Camboja, tendo estes um foco especial nos setores de transportes, tecnologia e comunicação, e indústria, sendo que iremos abordar os projetos que tendem a ter um maior destaque e que tendem a ser considerados os principais.

Entre 2016 e 2021, o investimento chinês estava associado à construção de 3287km de estradas, a oito pontes ao longo do rio Mekong, ao Aeroporto Internacional de Siem Reap, finalizado em 2018, e à expansão do Aeroporto Internacional de Phnom Penh, com data de finalização prevista para 2023, e que prevê acumular um financiamento chinês de 1,1 mil milhões de dólares (Chheang, 2021a, pp. 5–9). A BRI também foi responsável por vários projetos para melhorar o setor tecnológico cambojano e a qualidade de vida geral do país. A Huawei instalou a primeira fibra ótica submarina do Camboja e lançou a primeira rede 4.5G do país em 2017. Em fevereiro de 2017, o China Hodo Group terminou a construção da primeira planta moderna de tratamento de esgotos do Camboja, e em março a China financiou o Projeto do Rio Slen que melhorou a utilização dos recursos hidrológicos de forma a expandir o território arável na região (Hu et al., 2019, p. 188). Paralelamente, em 2018, a Xiaomi anunciou uma cooperação com a empresa de telecomunicações doméstica SEATEL para expandir a rede de comunicações cambojana, e em 2019 o grupo Alibaba anunciou que iria colocar sua base logística para toda a região do Grande Mekong⁴ no Camboja (Ellis-Devonshire, 2020).

Outro foco da BRI no Camboja tem sido o investimento nas Zonas Económicas Especiais (ZEE). De forma sucinta, estas zonas representam acordos legais, logísticos e fiscais cuja intenção é ajudar um país em desenvolvimento a atrair investimento focado no setor da manufatura e das exportações, e consequentemente criar emprego para a população local. No Camboja, as primeiras zonas foram estabelecidas em 2005 e desde então têm sido um elemento fundamental na recuperação económica do país, com as principais zonas em Phnom Penh, Bavet e Sihanoukville (Menon & Warr, 2015, pp. 1–9). O principal foco chinês tem sido na Zona Económica Especial de Sihanoukville, que em 2022, já contava com mais de 170 empresas e fábricas capazes de albergar 30 mil trabalhadores locais, com planos de expansão para integrar

4. Termo utilizado para designar região transnacional definida pelo rio Mekong, e que inclui seis países: Camboja, China (Província de Yunnan e Região de Guangxi), Laos, Myanmar, Tailândia e Vietname.

até 300 empresas e empregar até 100 mil pessoas (Phanet, 2022). Os planos para os projetos da BRI na ZEE de Sihanoukville têm um valor previsto de 4,2 mil milhões de dólares, sendo que estes tinham um foco inicial no desenvolvimento de centrais elétricas e explorações petrolíferas (ASEAN Post Staff, 2019). Porém, o principal foco de investimento chinês em Sihanoukville acabou por ser o setor da hotelaria, restauração, resorts e jogo, levando à construção de centenas de projetos e milhares de edifícios, com destaque para os 150 casinos^[5] estimados no final de 2019, com o propósito de tornar a cidade no centro turístico internacional (Pisei, 2018; Po & Heng, 2019, pp. 7–8), estimando-se que em 2021, perto de 90% dos edifícios construídos em Sihanoukville desde o início da BRI eram operados por investidores chineses (Han & Lim, 2021, pp. 178–179). Em 2022, mais de 1000 edifícios operados por chineses estavam em construção, e apesar de um aumento significativo da criminalidade associada ao jogo, e de uma redução drástica do investimento chinês na cidade (Yan & Turton, 2022), é expeável que os projetos da BRI na zona continuem a ser realizados, pois a necessidades da China no Camboja, e a suposta corrupção das elites cambojanas no facilitamento ao investimentos chineses, devem manter-se no futuro próximo (Alffram, 2022).

Por fim, o investimento no setor energético tem sido outra preocupação da BRI. Em 2013, apenas 54% da população do Camboja tinha acesso a eletricidade, mas em 2019 esse valor tinha subido para perto de 85% da população (World Bank, 2022). Possivelmente podemos associar este crescimento à construção de barragens hidroelétricas por parte da China ao longo do Rio Mekong. Em 2017, a China já tinha investido em 7 barragens, num valor total de 7.9 mil milhões de dólares, e nesse mesmo ano, esses projetos corresponderam a 84% da energia total produzida no Camboja (Hu et al., 2019, p. 175).

Tendo em consideração que a maioria dos projetos principais da BRI estão diretamente relacionadas às necessidades da Estratégia Retangular, consideradas essenciais para o futuro do Camboja, não surge como surpresa que, na generalidade, se considere que apesar benefícios económicos criados pela iniciativa, esta serviu de mecanismo da dependência económica e política do Camboja perante a China (Amarthalingam, 2022; Han & Lim, 2021, p. 185). Chheang (2021b, p. 392) acrescenta que a BRI apenas veio fortalecer a perceção internacional de que o Camboja age como um Estado cliente da China, garantido à última um elevado grau de influência sobre o Camboja.

5. A elevada presença de casinos, o acesso facilitado aos visitantes chineses e o grande volume de apostas originou a denominação de “Macau 2”, dentro da comunidade internacional, para a Sihanoukville (Murdoch & Geraghty, 2018).

Por exemplo, este comportamento pode ser observado em fevereiro de 2020, no início da pandemia COVID-19, quando o primeiro-ministro Hun Sen realizou uma visita oficial a Pequim. A par de fazer o tradicional discurso de elogio ao apoio chinês e à BRI, Hun Sen, voluntariou-se entusiasmadamente a visitar estudantes cambojanos em Wuhan, o centro originário da epidemia, mas a visita foi cancelada por questões de segurança (Fook, 2020). No entanto, podemos considerar que as ações de Hun Sen, num período em que os receios da pandemia paralisavam o mundo, podem servir como uma espécie de simbolismo dos riscos que o Camboja está disposto a ter de forma a agradar a China e a manter o seu apoio. Tal postura aparenta ter tido resultado, com a China a tornar-se o principal fornecedor de vacinas e equipamentos médicos para o Camboja (Suos, 2022), e numa entrevista, um porta-voz do governo cambojano, Phay Siphon, destacou o papel da BRI nesta pandemia, assegurando que a iniciativa tem garantido segurança económica ao país, e que será um dos motores principais da recuperação económica pós-Covid-19 (Khmer Times Staff, 2021), deixando a perspetiva de que a BRI e a China encontraram outro meio de reforçar esta dependência.

4. As Elites, a Assimetria e a Legitimidade no Contexto da BRI

Após este enquadramento da interação da BRI com o Camboja, podemos avançar para a relação desta com as elites cambojanas, sendo que primeiro é necessário compreender o comportamento tradicional das ditas elites. Morgenbesser (2016, pp. 11–12) nota que o Camboja é marcado pela presença de um neopatrimonialismo⁶ fortemente enraizado na sociedade cambojana, o qual tem como principais patronos o primeiro-ministro Hun Sen, as elites do PPC e as elites económicas e militares, que estabeleceram ao longo do tempo estruturas capazes de aplicar este neopatrimonialismo.

Este neopatrimonialismo está associado a um elevado grau de corrupção dentro das elites cambojanas associadas ao PPC, que por sua vez está associado a um certo grau da legitimidade política do regime, e por conseguinte, esta corrupção associada ao neopatrimonialismo tende a ter um maior grau de relevância em períodos de eleições ou de maior tensão e protestos internos (Biddulph, 2014, pp. 881–883). O PPC acaba por olhar para as eleições um meio de assegurar a sua legitimidade e impedir uma possível democratização generalizada do regime, que acabe por danificar a posição de poder do PPC. Para este efeito, as elites do PPC e as restantes elites cambojanas, principal-

6. O neopatrimonialismo funciona como um sistema social onde os patronos recorrem a recursos estatais para assegurar a cooperação de clientes dentro da população, estabelecendo uma relação patrono-cliente que pode assumir dimensões variadas.

mente as económicas, desenvolveram uma relação próxima, na qual ambas promovem relações de neopatrimonialismo, com as elites do PPC a obterem a legitimidade que tanto precisam, e as restantes elites são recompensadas com cargos político, ou com o título de Oknha⁷. Os oknha são elites que fizeram doações significativas ao Estado ou trouxeram benefícios ao mesmo, e simbolizam a relação de lealdade e amizade entre as elites políticas e as elites económicas, que se unem para exercer este sistema de patronagem (Chheang, 2021b, pp. 383–384). Geralmente, este neopatrimonialismo tende a estar associado a zonas rurais, com Hun Sen, ou outros membros do partido, a prometerem a construção de projetos de infraestrutura essenciais nestas zonas, esperando em troca um certo grau de lealdade ao partido nas intenções de voto destas populações (Morgenbesser, 2016, pp. 12–16; Pak, 2011, p. 186).

Porém, as construções destes projetos por parte das elites necessitam de fundos significativos, os quais podem ser difíceis de obter. Ear (2009, pp. 161–163) argumenta que ao longo da década de 1990 e de 2000, os principais meios de financiamento da legitimidade cambojana têm a sua origem no apoio e investimento externo que o Camboja frequentemente recebe. Uma parte significativa deste financiamento era aplicada, não só nos projetos de infraestrutura previamente mencionadas, como em edifícios governamentais e outras estruturas essenciais para a governação interna e para a captação de votos, com Ear a notar que o principal financiador ao longo deste período foi a China. Chheang (2017b, pp. 22–23) nota que esta relação manteve-se ao longo dos anos, com a presença económica constante da China a garantir legitimidade às elites e a fomentar o sistema de neopatrimonialismo. Considera que estas elites observam o apoio chinês como algo fundamental para a angariação de votos e para o desenvolvimento interno do país. Logo, as elites cambojanas aparentam estar dispostas a aceitar gerir esta relação assimétrica baseada na dependência política para com a China, apesar das previamente mencionadas perceções de que o Camboja é um Estado cliente da China.

É de notar, que ao longo de 2017 e 2018, o Camboja demonstrou uma tendência comportamental de intensificação do seu carácter autoritário, empriionando vários oponentes políticos, intimidando e ameaçando membros da oposição e grupos democráticos, com destaque para a dissolução do Partido de Resgate Nacional do Camboja (PRNC), um partido da oposição, e a proibição dos seus membros exercerem cargos políticos por 5 anos. Isto foi acompanhado por um aumento da repressão da liberdade de expressão e outras liberdades civis, uma intensificação da violência extralegal contra grupos

7. Traduzido literalmente como nobre ou lorde.

de ativistas ambientais e de direitos humanos, considerando-se que vários membros das elites cambojanas estiveram diretamente envolvidos nestes esforços. (Blake, 2019, pp. 69–70). O culminar deste autoritarismo reforçado pode ser observado em agosto de 2018, quando o PPC venceu as eleições para o Assembleia Nacional com todos os 125 lugares parlamentares sob o controle do partido (Al Jazeera Staff, 2018). Morgenbesser (2019, pp. 160–169) considera que esta transformação para um autoritarismo mais sistemático e constante, o qual designa de “autoritarismo hegemónico” teve como principais fatores as tradições de corrupção das elites, que como foi verificado previamente tendem a estar associadas ao neopatrimonialismo, e a China, através do seu apoio persistente ao Camboja no palco internacional, o qual garante ao último um certo grau de legitimidade. No entanto, também nota que estas eleições levaram as elites do PPC a reforçarem as suas necessidades de legitimidade interna, de forma a garantirem a sobrevivência do regime. Loughlin (2021, pp. 5–14) argumenta que o Camboja reforçou a sua aproximação à China após 2017, esperando que as ligações autoritárias estabilizassem o regime de Hun Sen e do PPC, o que por sua vez levou à adoção de estratégias e métodos utilizados pela China, os quais eventualmente fomentaram este autoritarismo hegemónico. Paralelamente, indica que esta maior aproximação do PPC à China tornou-se no principal suporte das redes de patronagem das elites e dos mecanismos autoritários do regime.

É importante realçar que os anos de 2017 e 2018, coincidem com os anos em que os projetos da BRI no Camboja começaram a ter uma maior proliferação. Ou seja, os anos nos quais o regime de Hun Sen desenvolveu maiores necessidades de legitimidade coincidem com os anos nos quais a BRI viu o início de uma maior proliferação e planeamentos dos seus projetos no Camboja, trazendo maiores oportunidades de financiamento que as elites poderiam obter para levar a cabo as suas atividades de patronagem e legitimidade.

Um fator que favorece esta ligação entre a legitimidade e a BRI está relacionado com o facto de que uma parte significativa das elites que interagem com a China são elites sino-cambojanas, que por sua vez tendem a ser *okhna*. Devido à sua proximidade cultural e linguística, e à tradição que estes grupos têm no ramo da extração de recursos naturais e infraestrutura, estas elites tendem a ser as principais responsáveis pelas interações com investidores chineses (Young, 2020, pp. 9–13). Por conseguinte, os projetos da BRI estão geralmente associados a elites sino-cambojanas, que tratam não só do financiamento parcial, como das diligências internas necessárias para a realização destes projetos. Um exemplo desses projetos pode ser encontrado no projeto do Aeroporto Internacional de Phnom Penh, que é financiado parcialmente

pelo Oknha Pung Kheav Se, um membro da elite sino-cambojana, e na ZEE de Sihanoukville cujo um dos principais investidores e responsável pela atração de investimento chinês é o sino-cambojano e senador do PPC, Lao Meng Khin. O próprio PPC faz questão de incentivar estas elites a trabalharem diretamente com a China, pois sabe que os benefícios económicos poderão facilitar a manutenção da sua legitimidade (Chheang, 2021b, pp. 387–388).

No entanto, a BRI também apresenta riscos que podem pôr em questão a legitimidade do regime. Um destes casos pode ser observado na barragem hidroelétrica Se San II, inaugurada em dezembro de 2018, sob a alçada da BRI, e financiada através de uma cooperação chinesa com milionário sino-cambojano Kith Meng, tornando-se a maior barragem do Rio Mekong no Camboja e um meio de produção energética e hidrológica para as regiões em seu redor. Porém, esta também se tornou infame pelo facto de ter levado à remoção forçada de 5000 residentes do distrito de Se San, os quais nunca foram compensados pelo governo ou outras instituições, originando protestos e acusações de violações dos direitos humanos. Apesar destes protestos, o primeiro-ministro Hun Sen optou por apoiar os investidores chineses e Kith Meng, colocando em risco a sua legitimidade local (Kynge & Reed, 2021; Young, 2020, pp. 13–15). Outro caso semelhante foi verificado na ZEE de Sihanoukville, onde surgiram relatos da deslocação forçada de milhares de residentes locais para permitir a construção dos negócios chineses, que por sua vez originou uma degradação significativa dos estabelecimentos de comércio local, e levando ao fecho de uma parte elevada dos mesmos (Song, 2020).

As elites têm noção destes riscos, especialmente nas acusações que a dependência extensiva da BRI poderá originar uma armadilha de dívida, porém, consideram que os benefícios oriundos da simbiose entre a BRI e as elites sino-cambojanas são demasiado importantes para o desenvolvimento do Camboja e para a manutenção do poder. De forma a minimizar uma oposição à BRI, o PPC e as elites associadas a este têm levado a cabo campanhas de promoção da relação do Camboja com a China, colocando a BRI num patamar de elevada importância e associando-a a projetos que contrariem as queixas da oposição (Chheang, 2021b, pp. 388–389; Chong, 2017, pp. 4–5). Esta estratégia aparenta ter tido um certo grau de sucesso, como demonstra um estudo de opinião pública da sociedade cambojana sobre os chineses, realizado pelos ISEAS – Yusof Ishak Institute em fevereiro de 2022. O estudo revelou que uma elevada percentagem dos entrevistados, um pouco mais de 90%, reconhece que a China é um dos agentes mais importantes no seio da economia do Camboja e que exerce uma elevada influência política sobre o mesmo, e que é pra-

ticamente impossível desassociar o funcionamento da economia e das elites políticas à China (Chheang, 2022, pp. 5–9).

Com a relação entre a BRI, as elites, e a legitimidade estabelecida, podemos agora ponderar sobre a viabilidade futura da continuação desta situação. A China mantém interesses estratégicos vitais no Camboja para o cumprimento dos objetivos da sua grande estratégia e não deve abandonar esta relação num futuro próximo. No campo económico e financeiro, o Camboja permite a proliferação dos negócios chineses no seu país e dos projetos da BRI, estando estes últimos associados à obtenção de recursos naturais, produção de energia através do rio Mekong para o Sul da China, e a completação dos mega-projetos da BRI, como a linha-férrea de alta velocidade Kunming-Singapura⁸ (Po & Sims, 2021, pp. 9–14). Paralelamente, a securitização dos recursos energéticos e alimentares no MSC tem sido uma prioridade chinesa nas últimas décadas, originando disputas nas quais precisa de apoio internacional (Neill, 2020). E como foi observado previamente, a China beneficia do apoio cambojano em assuntos pertinentes para as suas necessidades internas e externas, como a questão do MSC, com o Camboja a favorecer a posição chinesa na região e a legitimidade das suas reivindicações.

Eventos mais recentes reforçam esta ideia da continuação de uma relação próxima entre a China e o Camboja, como por exemplo, a 14 de julho de 2022, durante a sexta reunião do Comité de Coordenação Intergovernamental China-Camboja. Aqui, o ministro dos negócios estrangeiros chinês, Wang Yi, e o vice-primeiro-ministro cambojano, Hor Namhong, declararam em conjunto que a relação entre os dois Estados tem trazido benefícios inumeráveis para ambos em campos variados, como a cooperação económica e política. Igualmente, anunciaram a continuação desta relação, definindo pontos de convergência, que se revelam importantes para a temática deste artigo, como por exemplo: melhorar esforços de garantia da segurança política, através da partilha de experiências governativas e do apoio firme aos interesses internos; continuar a avançar os projetos da BRI e a cooperação pandémica; e fortalecer a cooperação em assuntos multilaterais, apoiando-se mutuamente em assuntos internacionais e regionais (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2022). Como foi verificado previamente, todos estes pontos trabalham em conjunto para fomentar o argumento da relação da BRI e da

8. A linha-férrea Kunming-Singapura é um dos principais projetos da BRI, pretendendo conectar todas as capitais dos Estados-membros da ASEAN, do Sueste Asiático continental, à cidade de Kunming, no sul da China, a qual serviria como centro logístico para os corredores económicos da BRI. A dimensão do projeto torna-o num dos principais projetos da China no Sueste Asiático (Wu, 2016).

China com a legitimidade interna do PPC no Camboja, e a ideia de uma relação patrono-cliente.

Outros eventos recentes, e futuros, no Camboja também suportam a ideia de uma dependência continuada. A 5 de junho de 2022, foram realizadas eleições comunais para as 1652 comunas das 25 províncias do Camboja, para a eleição de 11,622 conselheiros comunais. O PPC conseguiu obter 80% lugares de conselheiros comunais, assegurando uma vitória significativa. No entanto, o *Candlelight Party*, constituído por vários membros do antigo PRNC, previamente reprimido em 2018, obteve perto de 18% dos lugares, ressurgindo como uma nova oposição democrática, e um possível risco para a manutenção do poder do regime, com o seu líder exilado, Sam Rainsy, a comentar que o “monopólio de poder” de Hun Sen foi quebrado a nível local (Thul, 2022). Ora, podemos argumentar que este evento poderá ter reforçado as necessidades de legitimidade do PPC, pois quando comparado com a vitória de 100% nas eleições de 2018, o PPC perdeu milhões de votos, sendo possível ponderar se falhas no sistema patrono-cliente interno poderão estar associadas a esta perda. A aproximação de novas eleições gerais, marcadas para julho de 2023 (Kongnov, 2022), e o surgimento de um novo partido da oposição, têm a capacidade de agravar esta necessidade de legitimidade, que por sua vez poderá agravar a sua dependência para com a China, pois como foi verificado, os projetos da BRI, a par de outros investimentos chineses, são um dos principais pilares do desenvolvimento do Camboja. Logo, se certas elites locais e governamentais forem associadas a este desenvolvimento e a uma possível redução da pobreza ao longo de 2022 e 2023, terão uma maior eficácia de exercerem o seu poder de patrono (Ngin, 2022b).

5. Conclusão

Em suma, podemos considerar que a relação patrono-cliente entre a China e o Camboja tem a capacidade de trazer benefícios para a legitimidade do regime de Hun Sen e do PPC, tanto a nível interno, como no palco internacional. As elites cambojanas reconhecem a existência de riscos associadas a esta dependência, especialmente o risco de uma armadilha de dívida ou um agravamento drástico da dependência, porém, por enquanto aparentam considerar que os benefícios são mais fortes que os riscos.

O apoio do Camboja à BRI tornou-se crucial para a sobrevivência do regime, com a iniciativa a servir de pilar para os planos de desenvolvimento interno do Camboja, como a Estratégia Retangular, permitindo a diversificação da economia cambojana e uma possível redução da pobreza oriunda de décadas de conflito e desenvolvimento limitado. Posto isto, é possível argumentar

que o Camboja vê a BRI como algo simbiótico com o próprio funcionamento do país e com a estratégia estatal interna. Paralelamente, a cooperação elevada com a China também permite que o regime colabore a nível político e governativo para desenvolver, ou emular, estratégias capazes de favorecer o poder governativo interno, a par de apoiar o Camboja no palco internacional.

Através da BRI, as elites cambojanas encontraram outro meio através do qual podem exercer o neopatrimonialismo tradicionalmente associado às mesmas, tornando a BRI outro mecanismo de fomento da legitimidade. As eleições comunais de 2022, e as futuras eleições de 2023, agravaram a necessidade de legitimidade interna, e apesar do reforço do autoritarismo em 2018, é provável que o regime de Hun Sen e as elites cambojanas fortaleçam os seus mecanismos de patronagem. Neste contexto, a dependência para com a China poderá ser agravada, levando a uma maior necessidade para o apoio económico da China através da BRI ou outros investimentos, que possam favorecer o desenvolvimento do Camboja, criando situações que as elites possam utilizar para reforçar a sua legitimidade. No entanto, os desafios e riscos da dependência excessiva para com a China e a BRI têm a capacidade de reforçar o sentimento anti-chinês dentro da população cambojana, que por sua vez poderá reforçar a oposição ao regime.

Data de receção: 29/10/2022

Data de aprovação: 20/12/2022

Referências

- Abi-Habib, M. (2018, June 25). How China Got Sri Lanka to Cough Up a Port. *The New York Times*.
- Agnew, J. (1999). Mapping Political Power Beyond State Boundaries: Territory, Identity and Movement in Politics. *Journal of International Studies*, 28(3), 499–521.
- Al Jazeera Staff. (2018, August 15). Hun Sen's CPP wins all parliamentary seats in Cambodia election. *Al Jazeera*. <https://www.aljazeera.com/news/2018/8/15/hun-sens-cpp-wins-all-parliamentary-seats-in-cambodia-election>
- Alffram, M. (2022, May 9). Sihanoukville pays the price for heavy reliance on Chinese. *Bangkok Post*. <https://www.bangkokpost.com/business/2306938/sihanoukville-pays-the-price-for-heavy-reliance-on-chinese>
- Amarthalingam, S. (2022, June 30). China's BRI beneficial with a side of risk? *The Phnom Penh Post*. <https://www.phnompenhpost.com/special-reports/chinas-bri-beneficial-side-risk>
- Andornino, G. B. (2017). The Belt and Road Initiative in China's Emerging Grand Strategy of Connective Leadership. *China & World Economy*, 25(5), 4–22.

- ASEAN Post Staff. (2019, December 29). How China changed Sihanoukville. *The ASEAN Post*. <https://theaseanpost.com/article/how-china-changed-sihanoukville>
- Biddulph, R. (2014). Can elite corruption be a legitimate Machiavellian tool in an unruly world? The case of post-conflict Cambodia. *Third World Quarterly*, 35(5), 872–887.
- Blake, D. J. H. (2019). Recalling Hydraulic Despotism: Hun Sen's Cambodia and the Return of Strict Authoritarianism. *Austrian Journal of South-East Asian Studies*, 12(1), 69–89.
- Chen, S. A. (2019). The Development of Cambodia-China Relation and its Transition Under the OBOR Initiative. *The Chinese Economy*, 51(4), 370–382.
- Cheunboran, C. (2017). Cambodia-China Relations - What do Cambodia's Past Strategic Directions tell us? In S. U. Deth, S. Sun, & S. Bulut (Eds.), *Cambodia's Foreign Relations in Regional and Global Contexts* (pp. 227–248). Konrad-Adenauer-Stiftung.
- Cheunboran, C. (2021). *Cambodia's China Strategy - Security Dilemmas of Embracing the Dragon*. Routledge.
- Chheang, V. (2017a). Cambodia Embraces China's Belt and Road Initiative. *ISEAS Perspective*, 48, 1–7.
- Chheang, V. (2017b). The Political Economy of Chinese Investment in Cambodia. *Trends in Southeast Asia*, 16, 1–32.
- Chheang, V. (2021a). BRI Projects in Cambodia and Laos Roll On Despite Covid-19. *ISEAS Perspective*, 99, 1–9.
- Chheang, V. (2021b). Cambodia's Embrace of China's Belt and Road Initiative: Managing Asymmetries, Maximizing Authority. *Asian Perspective*, 45(2), 375–396.
- Chheang, V. (2022). Cambodian Perception of the New Chinese. *ISEAS Perspective*, 42, 1–11.
- Chong, T. (2017). The Politics behind Cambodia's Embrace of China. *ISEAS Perspective*, 59, 1–7.
- Giorciari, J. D. (2014). A Chinese model for patron–client relations? The Sino-Cambodian partnership. *International Relations of the Asia-Pacific*, 1–34.
- Clarke, M. (2017). The Belt and Road Initiative. *Asia Policy*, 24, 71–79.
- Diez, T., Bode, I., & Costa, A. F. da. (2011). *Key Concepts in International Relations*. SAGE Publications.
- Ear, S. (2009). The Political Economy of Aid and Regime Legitimacy in Cambodia. In J. Öjendal & M. Lilja (Eds.), *Beyond Democracy in Cambodia - Political Reconstruction in a Post-Conflict Society* (pp. 151–189). NIAS Press.
- Ellis-Devonshire, C. (2020, July 19). 2023 Foreign Investment Opportunities in Cambodia. *ASEAN Briefing*.
- Erickson, A. (2019). China. In *Comparative Grand Strategy – Framework and Cases*, Oxford University Press (pp. 73–98). Oxford University Press.
- Faisal, M. (2020). Asia and Competing Visions of Regional Order: Free and Open Indo-Pacific and Belt and Road Initiative. *Quarterly Journal Institute of Strategic Studies*, 40(4), 1–20.

- Fook, L. L. (2020, February 10). Hun Sen's China Visit: Love in the Time of Coronavirus. *ISEAS Commentary*. <https://www.iseas.edu.sg/media/commentaries/hun-sens-china-visit-love-in-the-time-of-coronavirus-by-lye-liang-fook/>
- Goh, E. (2014). The Modes of China's Influence - Cases from Southeast Asia. *Asian Survey*, 54(5), 825–848.
- Goh, G. (2003). The ASEAN Way: Non-Intervention and ASEAN's Role in Conflict Management. *Stanford Journal of East Asian Affairs*, 3(1), 113–118.
- Griffiths, M., O'Callaghan, T., & Steven C., R. (2008). *International Relations - The Key Concepts* (2nd ed.). Routledge.
- Han, S. S., & Lim, Y. (2021). China's Belt and Road Initiative (BRI) in Cambodia. In *International Perspectives on the Belt and Road Initiative: A Bottom-Up Approach* (pp. 164–190). Routledge.
- Horton, C. (2020). China's Engagement with Cambodia: Developing a Strategic Foot-hold in Southeast Asia. In N. Rolland (Ed.), *An Emerging China-Centric Order - China's Vision for a New World Order in Practice*.
- Hu, F., Zhang, X., Hu, M., & Cook, D. L. (2019). Chinese Enterprises' Investment in Infrastructure Construction in Cambodia. *Asian Perspective*, 43(1), 177–207.
- Hutt, D. (2016). How China Came to Dominate Cambodia. *The Diplomat*. <https://thediplomat.com/2016/09/how-china-came-to-dominate-cambodia/>
- Jeldres, J. A. (2012). Cambodia's Relations with China - A Steadfast Friendship. In P. Sothirak, G. Wade, & M. Hong (Eds.), *Cambodia - Progress and Challenges since 1991* (pp. 81–95). ISEAS.
- Jetin, B. (2018). One Belt-One Road Initiative and ASEAN Connectivity: Synergy Issues and Potentialities. In *China's Global Rebalancing and the New Silk Road* (pp. 139–149). Singapore Pte.
- Kha, S. (2019, April 30). The Belt and Road in Cambodia: Successes and Challenges. *The Diplomat*. <https://thediplomat.com/2019/04/the-belt-and-road-in-cambodia-successes-and-challenges/>
- Kha, S. (2022). Cambodia's Development Potentials and BRI. In C. Ploberger, S. Ngampamuan, & T. Song (Eds.), *China's Belt and Road Initiative - The Impact on Sub-regional Southeast Asia* (pp. 109–127). Routledge.
- Khemara, S. (2016, July 15). China Gives \$600m to Cambodia in Exchange for International Support. *VOA Cambodia*. <https://www.voacambodia.com/a/china-gives-600-million-to-cambodia-in-exchange-for-international-support/3419875.html>
- Khmer Times Staff. (2021, September 6). BRI projects help Cambodia cushion economic fallout of COVID-19 pandemic. *Khmer Times*. <https://doi.org/https://www.khmertimeskh.com/50929789/bri-projects-help-cambodia-cushion-economic-fallout-of-covid-19-pandemic-2/>
- Kongnov, T. (2022, September 21). NEC unveils 2023 National Election calendar. *Khmer Times*. <https://www.khmertimeskh.com/501154592/nec-unveils-2023-national-election-calendar/>
- Kynge, J., & Reed, J. (2021, August 10). Belt and Road dam in Cambodia branded a 'disaster' for local communities. *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/731211dd-bd9a-4a07-8bf1-f46fe88fc8a5>

- Loughlin, N. (2021). Chinese linkage, leverage, and Cambodia's transition to hegemonic authoritarianism. *Democratization*, 1–19.
- Luqman, N. (2022). Is ASEAN consensus a Blessing or Curse – or Both? *Reporting ASEAN*.
- Ly, B. (2020). China and Global governance: Leadership through BRI. *Cogent Social Sciences*, 6(1), 1–22.
- Menon, J., & Warr, P. (2015). Cambodia's Special Economic Zones". *ADB Economics Working Paper Series*, 459, 1–27.
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2014, November 7). *Xi Jinping Meets with Prime Minister Hun Sen of Cambodia*. https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/gjhdq_665435/2675_665437/2696_663396/2698_663400/201411/t20141109_510739.html
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2022, July 14). *The Sixth Meeting of the China-Cambodia Intergovernmental Coordination Committee Is Held*. https://doi.org/https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202207/t20220714_10719871.html
- Morgenbesser, L. (2016). The failure of democratisation by elections in Cambodia. *Contemporary Politics*, 1–21.
- Morgenbesser, L. (2019). Cambodia's Transition to Hegemonic Authoritarianism. *Journal of Democracy*, 30(1), 158–171.
- Murdoch, L., & Geraghty, K. (2018, June 20). The next Macau? China's big gamble in Cambodia. *The Sydney Morning Herald*. <https://www.smh.com.au/world/asia/the-next-macau-china-s-big-gamble-in-cambodia-20180615-p4zlqg.html>
- Neill, A. (2020, July 14). South China Sea: What's China's plan for its "Great Wall of Sand"? BBC. <https://www.bbc.com/news/world-asia-53344449>
- Ngin, C. (2022a). The Undetermined Costs and Benefits of Cambodia's Engagement with China's Belt and Road Initiative. *ISEAS Perspective*, 84, 1–15.
- Ngin, C. (2022b, June). Having it Both Ways? Cambodia's Superpower Balancing Act. *ISEAS - Fulcrum*, 189. <https://fulcrum.sg/having-it-both-ways-cambodias-superpower-balancing-act/>
- Open Development Cambodia. (2015). *Aid and Development*. <https://opendevelopmentcambodia.net/topics/aid-and-development/>
- Pak, K. (2011). *A Dominant Party in a Weak State - How the Ruling Party in Cambodia has Managed to Stay Dominant*. Australian National University.
- Parsons, T. (1963). On the Concept of Political Power. *Proceedings of the American Philosophical Society*, 107(3), 232–262.
- Phanet, H. (2022, May 25). Chinese firm set to invest \$300M into S'ville SEZ's largest tyre plant. *The Phnom Penh Post*. <https://www.phnompenhpost.com/business/chinese-firm-set-invest-300m-sville-sezs-largest-tyre-plant>
- Pheakdey, H. (2012). Cambodia–China Relations: A Positive- Sum Game? *Journal of Current Southeast Asian Affairs*, 31(2), 57–85.
- Pisei, H. (2018, June 21). We're going to Wisney World! *The Phnom Penh Post*. <https://www.phnompenhpost.com/business/were-going-wisney-world>

- Po, S., & Heng, K. (2019). Assessing the Impacts of Chinese Investments in Cambodia: The Case of Preah Sihanoukville Province. In *Issues & Insights* (Vol. 19, Issue 4).
- Po, S., & Sims, K. (2021). The Myth of Non-interference: Chinese Foreign Policy in Cambodia. *Asian Studies Review*, 1–19.
- Quintos, M. F. A. (2018). Philippines: Hedging in a Post-Arbitration South China Sea? *Asian Politics & Policy*, 10(2), 261–282.
- Rana, P. B., & Xianbai, J. (2019). *China's Belt and Road Initiative – Impacts on Asia and Policy Agenda*. Palgrave Macmillan.
- Royal Government of Cambodia. (2018). *Rectangular Strategy Phase Four*. <http://cnv.org.kh/wp-content/uploads/2012/10/Rectangular-Strategy-Phase-IV-of-the-02Royal-Government-of-Cambodia-of-the-Sixth-Legislature-of-the-National-Assembly%022018-2023.p>
- Song, N. (2020, July 21). What China's Belt and Road Initiative Means for Cambodia. *US-China Today*. <https://uschinatoday.org/features/2020/07/21/what-chinas-belt-and-road-initiative-means-for-cambodia/>
- Suos, Y. (2022, March 9). Ties under China Silk Road co-op key to community of shared future. *The Phnom Penh Post*. <https://www.phnompenhpost.com/opinion/ties-under-china-silk-road-co-op-key%02community-shared-future>
- Thul, P. C. (2016, October 13). Chinese President Xi Jinping visits loyal friend Cambodia. *Reuters*. <https://www.reuters.com/article/us-china-cambodia%02idUSKCN12DoNV>
- Thul, P. C. (2022, June 6). Cambodia's ruling party wins local commune elections but new opposition gains. *Reuters*. <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/cambodias-ruling-party-wins-local-commune-elections-new-opposition-gains-2022-06-06/>
- Wang, C. N. (2022). *China Belt and Road Initiative (BRI) Investment Report 2021*.
- Wang, Z. (2022). Assessing the Belt and Road Initiative in Southeast Asia amid the COVID-19 Pandemic (2021-2022). *ISEAS Perspective*, 57, 1–14.
- World Bank. (2022). *Access to electricity (% of population) - Cambodia*. The World Bank. <https://doi.org/https://data.worldbank.org/indicator/EG.ELC.ACCS.ZS?end=2019&locations=KH&s>
- Wu, S. (2016, June 17). Singapore-Kunming Rail Link: A 'Belt and Road' Case Study. *The Diplomat*. <https://thediplomat.com/2016/06/singapore-kunming-rail-link-a-belt-and-road-case-study/>
- Yan, H., & Turton, S. (2022, August 16). Stuck in Sihanoukville: projects grind to halt in Cambodia resort town. *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/403e64e9-8608-4971-84e8-1bbe1cf39175>
- Young, S. (2020). China's Belt and Road Initiative: Patron-Client and Capture in Cambodia. *The Chinese Journal of Comparative Law*, 1–21.

Sobre o autor

DIOGO BORGES encontra-se, atualmente, a frequentar o Doutoramento em Estudos Internacionais no ISCTE-IUL. É licenciado em Estudos Asiáticos pela Universidade de Lisboa desde 2020, e mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa em 2022. A sua principal área de estudo são as interações chinesas com o Sueste Asiático, com um foco especial na ação da BRI, tema sob o qual elaborou a sua dissertação de mestrado. Paralelamente, tem um foco de estudo na presença de grupos étnicos chineses no Sueste Asiático e sobre os direitos humanos na China, com especial atenção à questão dos uigures.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9914-9048>]

About the author

DIOGO BORGES is currently attending a PhD in International Studies at ISCTE-IUL. He has a degree in Asian Studies from the University of Lisbon since 2020, and a Master's in Political Science and International Relations from the Universidade Nova de Lisboa in 2022. His main area of study is Chinese interactions with Southeast Asia, with a special focus on the action of BRI, subject on which he elaborated his master's thesis. At the same time, he has a study focus on the presence of Chinese ethnic groups in Southeast Asia and on human rights in China, with special attention to the issue of the Uyghurs.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9914-9048>]